

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CONTRAPONTO À CLÁSSICA: INDÍCIOS DE MUDANÇAS NO TURISMO E NA SOCIEDADE

Luzia Neide Coriolano¹

Jean Max Tavares²

Resumo

O texto apresenta reflexões sobre um tema que está posto para pensadores preocupados com as desigualdades sociais e degradações ambientais provocadas pelo modelo de desenvolvimento hegemônico. O objetivo é discutir ideias necessárias e instigantes que possam promover mudanças no turismo e na sociedade para um desenvolvimento mais humano, e que possam ser baseados nos pilares da economia solidária. Em meio aos grandes empreendimentos concentradores de capital e de cultura elitista, burguesa e individualista emergem experiências de comunidades que primam pelo cuidado ambiental, pela cooperação e solidariedade e passam a produzir de forma solidária fazendo partilhas, escampos, trocas e buscam preço justo. Comunidades que desenvolvem o turismo comunitário em contraponto ao turismo convencional no contexto capitalismo, mostrando que há alternativas ao modelo hegemônico. Os autores trabalham dois conceitos que sustentam esse modo de produzir e viver: desenvolvimento na escala humana e economia solidária. Há que haver mudança da mentalidade na qual a economia deve estar a serviço do homem e não o contrário, para que esta retorne a dimensão de estreitamento da realidade social com a política, cultura e educação. E respeito e proteção aos direitos humanos, bases essenciais da promoção do desenvolvimento social, para que se construa a sociedade humanizada, que assegura o necessário à vida digna dos cidadãos, tranquilidade no relacionamento social, com possibilidades de intercâmbios dos povos e construção de bases confiáveis para a vida social e sociedade sustentável.

Palavras-chave: economia solidária; turismo; sociedade, desenvolvimento à escala humana.

¹ Profª Dra do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Coordenadora do Laboratório de Estudos do Turismo e Território - NETTUR, Coordenadora Adjunta do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pesquisadora CNPq E-mail: luzianeidecoriolano@gmail.com.

² Pós-doutorado em Economia no E-GEO (Centro de Estudos de Geografia e Planejamento Regional) da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), Doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará e Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1994-1999). Professor Adjunto IV da PUC Minas.

Introdução

A sociedade contemporânea, enquanto amplia a capacidade de domínio da ciência e tecnologia, acelera o tempo que configura ritmos sociais, destrói direitos humanos, afasta pessoas do próprio semelhante em complexa arritmia social promovida pela cultura do excesso, consumismo e individualismo.

O desenvolvimento de muitos países tem sido voltado a resultados financeiros para governos e empresas, concentrado em elites, guiado pela lucratividade que se sustenta na lógica da exploração e acumulação, servindo mais ao mercado externo e produzindo espaços degradados e sociedades segregadas. A realidade leva ao questionamento da promoção do desenvolvimento que tenha foco central na emancipação dos sujeitos, não apenas como forma de luta, mas de realização pessoal, que possibilite ações para condução da vida coletiva digna, suprimindo as reais necessidades da condição humana.

Promover o desenvolvimento na escala humana significa encontrar caminhos que viabilizem a transformação da sociedade individualista, consumista e segregada colocando o homem no centro das ações e a promoção da satisfação humana como cerne. A vida social cada vez mais complexa, mecanizada e dividida em classes e grupos de interesses incomoda e faz emergir movimentos em contraponto a essa cultura. O individualismo, diferente de individualidade, torna cada um independente da vida dos outros, faz esquecer o que completa e une os seres humanos: o espírito coletivo.

Uma alternativa para promover o desenvolvimento humano e atender pelo menos parte dos anseios da sociedade é a economia solidária, que se propõe tornar a economia um meio de desenvolvimento integral das pessoas, e não fim em si mesmo, sem a necessidade de intervenção direta do poder público (Nuñez, 1998). Pela economia solidária, as relações de competição e de dominação podem ceder lugar às relações de associativismo, cooperação e de solidariedade.

Em princípio, praticamente todas as atividades econômicas estão inseridas no contexto da competição intensa, onde grandes grupos determinam as tendências e dificultam o surgimento de novos negócios de pequeno ou de médio porte. Dentre essas atividades está o turismo, que em escala mundial, representa 9% do Produto Interno Bruto, é responsável por 1 em cada 11 empregos e por US\$ 1,3 trilhão em exportações (UNWTO, 2013).

De acordo com Higgins-Desbiolles (2006), o turismo tem sucumbido aos efeitos do marketing e tem sido dominado por valores neoliberais nos principais destinos, o que diminui o poder do turismo enquanto força social, promotora da paz e do entendimento entre as pessoas. Mesmo que a maioria da literatura que aborda o turismo evoque para o papel de criador de emprego e renda, parece ser ainda inconclusivo em relação a capacidade de promover desenvolvimento social por meio de ações inclusivas que vão muito além de aspectos econômicos, os quais, entretanto, são também importantes.

O modelo econômico que se configura nas regiões turísticas, principalmente nos países em desenvolvimento, onde os grandes empreendimentos fazem uso das economias de escala para aumentar a rentabilidade, a comunidade local tende a ficar à margem dos benefícios da atividade. É uma espécie de “inclusão disfarçada”, onde o indivíduo faz parte da cadeia produtiva do turismo, mas apenas como um elemento constitutivo, distante da tomada de decisões e das externalidades positivas geradas pela atividade. Por exemplo, em Zanzibar, na Tanzânia, Steck, Wood e Bishop (2010) estimaram que somente 10.2% da renda total do turismo é direcionada às pessoas mais pobres do lugar.

Os impactos do modelo de desenvolvimento do turismo instigam reflexões sobre a necessidade de mudar a lógica e de aperfeiçoar o desenvolvimento e a sociedade. Na busca da identificação dos problemas e eventuais soluções, esse trabalho analisa o desenvolvimento voltado às pessoas que se caminha na contramão do desenvolvimento econômico e da valorização do capital, tendo como referência os direitos humanos, a economia solidária e o desenvolvimento à escala humana.

Portanto, o problema da pesquisa nessa investigação é verificar como conciliar as demandas substantivas da sociedade, tais como dignidade, igualdade, oportunidades de trabalho, salários justos e proteção ao meio ambiente com os interesses do capitalismo tão inerente à atividade turística. Além disso, outro problema merecedor de investigação é como a economia solidária, distributiva pode contribuir na promoção da conciliação dos interesses supracitados. Dessa forma, o objetivo do trabalho é discutir a necessidade de promover mudanças no turismo e na sociedade em busca de um desenvolvimento mais humano, as quais podem ser baseadas nas diretrizes da Economia Solidária. Metodologicamente, adota-se abordagem de caráter multidisciplinar, abrangendo as áreas de Turismo, Economia e Geografia.

O trabalho apresenta contribuições no campo teórico. A primeira contribuição é apontar novos caminhos para o desenvolvimento do turismo e da sociedade na qual está inserido, a partir de parâmetros que privilegiam o ser humano em todas as suas dimensões, evitando a promoção de uma “inclusão disfarçada” na cadeia produtiva do turismo. A segunda é ampliar a discussão e sobre economia solidária no turismo – atividade cada vez mais composta por grandes corporações de atuação internacional, com cobranças sociais. Por fim, a terceira contribuição teórica advém do fato de o trabalho capitalista não estar comprometido com o ser humano, mas com o capital, permitindo assim que a concepção teórica aqui apresentada seja instigante, visto ser encontrada em diversos contextos onde a atividade turística comunitária se desenvolve.

2 Uma preocupação teórica e prática.

O distanciamento da atividade turística de qualquer elemento de caráter social tem sido amplamente discutido nos últimos anos por Turner & Ash, 1975; Leiper, 1995; Cohen & Kennedy, 2000; Higgins-Desbiolles, 2006; Hall, 2007; Deery *et al.*, 2012; Wu *et al.*, 2013. Segundo Turner & Ash (1975), o turismo convencional tem provado ser ineficaz na promoção da igualdade e no posicionamento como aliado dos oprimidos. Para Wearing (2001), o turismo em economia de mercado explora os recursos naturais como meio de acumulação do lucro (...) a noção de ganhos ilimitados tem levado à exploração de comunidades, das culturas e do meio ambiente. Para Llewellyn Watson & Kopachevsky (1994, p.643), "o turismo como dimensão sociocultural complexo da modernidade está sujeito aos mesmos princípios gerais da cultura de consumo capitalista". Se todas as atividades econômicas são concentradoras de riqueza, por que o turismo deveria ser diferente? E como propor um turismo diferente?

O efeito do capitalismo sobre o modelo de desenvolvimento do turismo é que, como este é “inseparável dos espaços e lugares onde o mesmo é criado, imaginado, percebido e experimentado” (Ateljevic, 2000), ocorre descaracterizações em prol dos lucros imediatos dificultando as condições para a sustentabilidade (Swarbrooke, 2000). Quanto a isso, Llewellyn Watson & Kopachevsky (1994), afirmam que os promotores do turismo devem ter o cuidado de não torná-lo uma “extensão da mercantilização da vida social moderna sob o capitalismo”. Portanto, a relação entre as características do capitalismo e o desenvolvimento do turismo com

ênfase no ser humano e nas diversidades culturais é uma temática instigante, a qual será discutida neste trabalho.

Direitos humanos e diversidade cultural na base do desenvolvimento

A educação e o conhecimento são pilares do desenvolvimento que conformam a transformação produtiva com equidade e respeito aos direitos humanos na sociedade. Além disso, valorizam as diversidades culturais para outra concepção de desenvolvimento quando populações organizadas se descobrem e passam a ser protagonistas do processo de mudança, que pode ocorrer por meio de organização comunitária ou pela formação de capital social.

O capital social, em Bourdieu (1979), significa atributo individual e coletivo de distinção e de domínio dos membros de categorias privilegiadas e está apoiado no capital econômico de segurança material, no capital cultural, desde o manejo de idiomas e capacidade de constituição de relações sociais. Para explicação do desenvolvimento em escala humana, despreza-se o conceito de capital social, assim como o de empoderamento. São conceitos de teorias econômicas elitistas e modernizantes. Quando se sabe que o poder pode corromper e que ter poder é exercer autoridade e dominar a natureza e as pessoas, entende-se que empoderamento não pode ser diretriz, nem estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

Desenvolvimento voltado para a escala humana que privilegie o ser humano e possibilite o desabrochar de potencialidades do sujeito, que assegure subsistência, trabalho, educação e condições de vida digna aos cidadãos. Ao contrário da economia do ter, tenha como centro a economia do ser, traduzida em modelo de desenvolvimento centrado na pessoa, na cultura de cooperação, solidariedade e parceria.

Á luz do pensamento de Foucault (1979) e Bourdier (1979) verifica-se que em sociedade há jogo de forças, assim como entre poderes político, econômico, militar e social, quando governos, empresários, militares, e grupos sociais organizados formulam concepções diferenciadas de desenvolvimento, o que exige que se deem novos significados às expressões. A cultura passa a ser matriz dinâmica das formas de ser, estar, relacionar-se e perceber no mundo. Portanto, desenvolvimento não significa unicamente geração de riqueza ou aumento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, embora o crescimento e a distribuição menos desigual da riqueza material sejam decisivos para a qualidade de vida dos indivíduos.

Com relação às políticas culturais existentes, muitas delas não possuem agenda e definição próprias e sim associação com as agendas econômicas e sociais na aplicação de políticas públicas. As associações são prejudiciais às políticas culturais, pois roubam o que há de maior contribuição da cultura: formação de indivíduos com consciência crítica capazes de propor mudanças. A redução da dimensão política da cultura acontece via substituição do essencial pelo acessório: o caráter político por mecanismos de financiamento; com privilegiados em detrimento do amplo acesso universal da população à cultura.

Assim, cada vez mais, as políticas culturais instituem ações pautadas em público-alvo, sem preocupação com a formação humana. Quando os novos agentes da política cultural são departamentos de marketing e publicidade e grandes fundações culturais privadas, isso pode representar visão distante da ideia de cultura como via de desenvolvimento ou instrumento de democracia. Nesse caso, pode ocorrer ausência de espírito público e falta de visão crítica dos burocratas do governo, com visão restrita de apenas ampliar o acesso às políticas. Há que ser promovido o diálogo entre os sujeitos sociais e valorizado a diversidade e multiculturalidade.

Para compreensão da complexa teia dos processos sociais, especialmente os de larga escala, consideram-se interesses, instituições, agências e sujeitos de diversos campos sociais (ARIZPE, 2004). As redes, sobre as quais se constroem relações entre cultura e desenvolvimento, possuem especial complexidade no Brasil, país onde ocorre fusão do arcaico e moderno. Ao se tratar historicamente o desenvolvimento pela matriz econômica, subestimam-se os papéis da cultura, enquanto espaço da produção de mitos, símbolos e metáforas, capazes de produzir categorias que, por sua vez, desempenham papel estratégico, na ressignificação do desenvolvimento. Assim, há que se “unir a memória de cultura com as teorias das ciências mais avançadas. Precisa-se juntar a ciência da modernidade com o saber tradicional” (ROCHA PITTA, 2005, p. 62).

Nesse panorama, o respeito e a proteção aos direitos humanos são bases essenciais para promoção do desenvolvimento social para que se possa construir uma sociedade humanizada, que assegura o necessário à vida digna dos cidadãos, tranquilidade no relacionamento social, com possibilidades de intercâmbios dos povos e na construção de bases confiáveis para a vida social e de uma sociedade sustentável.

As condições são imprescindíveis para a preservação da dignidade humana e oferecem bases sólidas para o desenvolvimento aceitável que respeita o direito de ser, direito ao trabalho,

ao lazer, ao padrão de vida digno, à instrução, à liberdade e à participação. São normas jurídicas internacionais, exigências elementares de respeito à pessoa humana, e os estados são responsáveis pela garantia das condições da efetivação histórica. O sentido do Estado, na comunidade humana, é estar a serviço da garantia dos direitos humanos.

A possibilidade para o desenvolvimento de política econômica para o homem remete à necessidade do respeito os direitos individuais e sociais da pessoa humana. Direcionar o desenvolvimento para a escala humana é necessidade substancial. Sabe-se que só há desenvolvimento quando as ações atingem a sociedade com resolução de problemas básicos. Dowbor (1998, p.44), nessa mesma lógica, admite que “a humanização do desenvolvimento, ou a sua re-humanização, passa pela reconstituição dos espaços comunitários (...) e reconstrução da dimensão ética do desenvolvimento exigindo que para o ser humano o outro volte a ser um ser humano”.

Os direitos humanos têm composição histórica e isso significa que, dependendo do momento histórico, as disposições são diferenciadas. Assim, uma vez que as mudanças históricas, no que se refere às novas tecnologias, geram forte impacto na compreensão dos direitos humanos, também ampliam o seu conceito, seja nas formas de inclusão social via meios digitais, liberdades de expressão e de possibilidades de comunicação entre culturas.

O desenvolvimento na Escala humana

Redirecionar o desenvolvimento para a escala humana significa adotar políticas que ocasionem trabalho, proteção social e ocupação para todos, bem como realizar atividades de revalorização do lugar e das pessoas, quando as atividades voltam-se ao desenvolvimento social e cultural do grupo e as atividades econômicas contribuem para que isso aconteça. E o turismo pode ser forma viável de conciliar os dois polos – crescimento do trabalho e bem-estar-social – pois precisa ser essencialmente um processo de valorização de pessoas, residentes e turistas.

Antes da análise do desenvolvimento na escala humana propriamente dita, Max Neef (1994, p.10), afirma que o ponto de partida para essa questão é não confundir o conceito de trabalho com o de emprego assalariado, ignorando os camponeses, as cooperativas informais e os trabalhadores voluntários, cuja difícil mensuração estatística poderia torná-los “invisíveis”. Os

dados invisíveis aos olhos da economia clássica são importantes para o desenvolvimento humano, porque atendem à satisfação das necessidades populares. No entanto, o que na maioria das vezes ocorre é o desvirtuamento das cooperativas e o deboche do trabalho comunitário voluntário. Menospreza-se a tradição de solidariedade (Boff, 1999).

Para a racionalidade técnica científica, o homem é um ser racional; para o desenvolvimento econômico, consumidor; para o desenvolvimento na escala humana, ele é sujeito histórico dotado de direitos e deveres inalienáveis, sujeito social que pode mudar o cotidiano e a história. Assim, cada proposta de desenvolvimento possui introjetada visão de homem e de sociedade desejada. Há que haver mudança da mentalidade na qual a economia deve estar a serviço do homem e não o contrário, para que esta retorne a uma de suas dimensões, a saber, a de estreitamento da realidade social com a política, cultura e educação. O desenvolvimento social sustenta-se na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes da independência dos indivíduos, na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza, com a tecnologia, a fim de que se integrem em processos globais, respeitando valores e comportamentos locais.

O desenvolvimento, para ser dito social precisa estar voltado para as necessidades humanas, tornar as pessoas independentes e habilitadas ao trabalho e para a vida comunitária. Implica o desenvolvimento dos indivíduos como pessoa e como grupo, organizados como sociedade civil para se tornarem protagonista de seu desenvolvimento e de seu lugar.

Especificamente em relação ao desenvolvimento em escala humana, esse significa o crescimento das atividades econômicas por decisão e trabalho de todos, garantindo o atendimento das necessidades e a promoção do bem-estar social. Isso deve ser dito em virtude de que, na economia hegemônica, o trabalho e o desenvolvimento das atividades econômicas não dependem de decisão pessoal ou coletiva: pressupõem a relação entre componentes básicos das relações sociais de produção, a saber, capital, trabalho e Estado. Assim, o desenvolvimento na escala humana mostra que as relações sociais são mais importantes que as relações de produção, não interessando a acumulação e sim a distribuição e o bem-estar de todos.

Mesmo considerando a necessidade de indicadores de crescimento qualitativo e não apenas de indicadores econômicos, há que se diferenciar o “desenvolvimento em escala humana como crescimento de atividades econômicas por decisão e trabalho de todos”, da livre iniciativa baseada no consumo, ao qual se refere Gramsci (2012, p.21). A escala humana não seria volta ao

primitivismo posto superado, mas a ruptura com a parte mais perversa do capitalismo, aquela voltada às necessidades humanas e não apenas aos excedentes e ao lucro. Portanto, necessita-se da criação de índices de realização dos desejos, de educação, de solidariedade, de realização humana, como sujeito da história de forma, pois, ainda que o mundo tenha sido levado a pensar que as necessidades humanas são infinitas, que variam de uma cultura para outra e a cada período histórico (Max Neef, 1994), as necessidades básicas são comuns a todos e finitas.

O que muda no tempo e nas culturas são as formas e os meios de satisfação dessas necessidades. O que está culturalmente determinado são as formas de satisfazer as necessidades, porque se é levado a abandonar as tradicionais pelas modernas. As necessidades humanas são existenciais – ser, ter, fazer e estar – e axiológicas, tais como a necessidade de subsistência, de proteção, de afeto, de entendimento, de participação, de ócio, de criação, de identidade, e de liberdade, e de espiritualidade (Max Neef, 1994).

As culturas são definidas pelo modo como satisfazem as necessidades. O que está culturalmente determinado não são as necessidades, mas suas formas de satisfação. Qualquer necessidade humana fundamental não satisfeita revela pobreza humana, em sua variedade: de afeto, entendimento, participação, de bens materiais.

A pobreza produz e alimenta patologias individuais e coletivas como: angústia, depressão, violência, marginalidade, medo e isolamento. Satisfação de necessidade corresponde à perspectiva biológico/psicológica que procura encontrar pontos universais de justificação de comportamentos humanos.

A teoria e o discurso das satisfações das necessidades são lineares e simplistas, pois construídos fora da concepção de sujeitos sociais, sem os levar em conta; sem considerar interesses, sonhos, utopias, estratégias de realização. É certo que há populações que não atingem o mínimo de satisfação de necessidades básicas, ou se encontram “alienadas” e contra tais situações os cientistas sociais devem se mobilizar. Mas é certo também que não compete aos cientistas sociais definir o mínimo e o máximo do razoável na satisfação específica de cada povo e realidade.

O Turismo e Economia Solidária

Contemporaneamente, muitas regiões turísticas – principalmente nos países em desenvolvimento – modelam-se no modo de vida urbano, industrial e realinhado celeremente à

mundialização do capital, o que geralmente provoca consequências nefastas às camadas sociais mais pobres, como desemprego, aumento da pobreza e da violência.

Esse cenário certamente contribuiu para que a economia solidária possibilidade encontrar caminhos que possam mitigar a exclusão social, sendo a economia para tal, não simplesmente se contrapondo ao modelo econômico dominante e sim alcançando seu próprio espaço. A economia solidária tem atraído a atenção de vários pesquisadores desde a última década (Laville & França Filho, 2004; Gutberlet, 2009; Buzek & Surde, 2012; Dacheux & Goujon, 2012; Lemaître & Helmsing, 2012).

Segundo Dacheux & Goujon (2012, p. 207), "a economia solidária é, inicialmente, uma forma de unir as pessoas em um lugar específico, uma vez que a natureza do tecido social varia de acordo com a localização (...) a economia solidária incentiva a desenvolvimento do indivíduo através do desenvolvimento da coletividade da qual ele faz parte".

A economia solidária, para Vainer (2000, p. 6), é uma tentativa de juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. A sociedade em que domina a economia hegemônica é o mundo da competição, da concorrência, da guerra de todos contra todos. Pensar solidariedade na sociedade capitalista parece contradição, mas também pode ser um emblema do mundo pós-moderno. Significa conceber projeto revolucionário que consiga subversão ao modelo econômico vigente. O que se diz economia solidária não consiste em modo definido e único de organização de unidades econômicas, mas processo multifacetado no qual se pode incorporar solidariedade, e busca de modelo econômico mais justo. A filosofia que anima e dirige a visão econômica solidária é a do desenvolvimento na escala humana, por tirar o foco do capital, embora não o ignorando, e centrar nas pessoas.

Trata-se de revolução social de caráter local ou municipal onde grupos e comunidades organizados compreendem que a grande revolução é criar mentalidade de colaboração, do associativismo. Habitantes de pequenas cidades, povoados, bairros e comunidades, ao assumirem a lógica consideram-se sujeitos capazes de interferir na realidade socioeconômica, adquirem cada vez mais forte protagonismo tanto na vida política, como na econômica, social e cultural. Assim se organizam em associações, em grupos atuantes formando movimentos sociopolíticos em busca de solução dos problemas locais referentes à falta de trabalho, de residências, de escolas, defesa ao meio ambiente, à cultura local, melhoria de subsistência das famílias locais.

A economia solidária organiza-se pelas relações de amizade, sustenta-se no companheirismo, favorecendo as relações sociais de reciprocidade e adota formas comunitárias de produzir e distribuir. As experiências comunitárias, na opinião de Gaiger (1998), mostram-se semelhantes às da economia camponesa, ou com o trabalho das antigas comunidades. Muito embora também os formatos jurídicos e graus de inovação no conteúdo das relações sejam variáveis e sujeitos à reversão, as práticas de autogestão e cooperação dão aos empreendimentos natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente.

Portanto, o principal diferencial da Economia Solidária é a busca de soluções de forma coletiva ou solidária. Segundo Gadotti (2009, p.35) a “economia solidária é uma forma cooperativa e não competitiva de produzir e reproduzir nossa existência tem um componente educativo extraordinário”. A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar pessoas envolvidas com empreendimentos solidários, com cooperativas em que o benefício coletivo está entre as prioridades. Os espaços de solidariedade são regidos por outros fins, valores e práticas, daí por que a economia solidária é estranha ao pensamento e à prática política neoliberal, inspira na crítica da economia política clássica e na busca de uma alternativa ao capitalismo. Torna-se difícil construir projeto de solidariedade social nos marcos da economia global, sendo possível na escala local, municipal, e em pequenos empreendimentos.

Os empreendimentos solidários são conduzidos pelas comunidades em benefício do coletivo. Zaoual (2008) adota a concepção de “sítio de pertencimento”, mostrando que toda pessoa é territorializada, pois se aloca em lugares que são sítios urbanos, litorâneos e rurais. O *homo situs* vive em lugares e em organizações, e é nelas que interage, cria raízes, fazendo seu cotidiano. As comunidades são lugares onde mais facilmente o homem se situa por ser possível ao conhecimento do espaço e à convivência com todas as pessoas, contudo há cidadãos que se situam em espaços globais sem grandes problemas.

O cooperativismo para Vainer (2000) pode, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no espaço, do que pode ser outro modo de produzir e viver. É por isso que o analista fala de utopia experimental. A expressão é ambígua e contraditória: de um lado, porque utopia é uma coisa que não existe, é apenas sonho; de outro lado, porque sendo experimental é algo que existe e que se experimenta.

Nos projetos comunitários, a participação consciente dos envolvidos é responsável pelo sucesso de muitos empreendimentos. As pessoas participam efetivamente do grupo, se engajam e

fazem acontecer o que vai sendo pensado coletivamente. As comunidades crescem à medida que encontram formas de desenvolvimento de ações que efetivem o crescimento do grupo, maior poder aquisitivo e do nível bem estar local. Com o amadurecimento do processo de entendimento e concepção da economia solidária, têm-se ampliado iniciativas solidárias – ainda que o modelo econômico e o sistema político vigente tente cooptar os líderes dessas iniciativas – com vários grupos espalhados em periferias das cidades, no espaço rural, litorais, e núcleos receptores de turismo de países ricos e pobres.

A relação entre turismo e economia solidária tem sido estudada por vários autores (Ateljevic, 2000; Blackman, 2004; Dantas *et al.*, 2010; Gard McGehee et al., 2012; Deery, 2012; Wu *et al.*, 2013). Daí dizer Dantas *et al.*, (2010, p.67), que “a inserção da economia solidária no turismo pode constituir uma valiosa ferramenta de combate à pobreza, mormente por meio do artesanato, na medida em que é capaz de servir de elo entre os benefícios advindos da atividade turística e a comunidade local”. A Economia Solidária no turismo, em particular, trata-se de forma diferenciada de produzir enfrentando contradições da economia hegemônica, ou seja, ao invés de buscarem o lucro máximo dos investimentos, procuram distribuir o que é produzido, alcançando as condições para a subsistência de grupos, preocupando-se, em especial, com os valores humanos, culturais e ambientais. A compreensão é coletiva mobiliza grupos sociais capazes de mudar a realidade. É o que se presencia em diversas experiências de economia solidária e comunitária espalhadas pelo mundo (Tabela 1).

Tabela 1- Experiências de turismo comunitário e solidário

<i>Author(s)</i>	<i>Experiences</i>	<i>Country</i>
<i>Barbosa & Gontijo (2012)</i>	<i>Projects qualifying and preparation for Solidarity Tourism</i>	<i>Brazil</i>
<i>Marques, J (2009)</i>	<i>Project of community-based solidarity tourism</i>	<i>Cabo Verde</i>
<i>Silva et al., (2011)</i>	<i>Tourism, economic solidarity and social inclusion in Porto de Galinhas</i>	<i>Brazil</i>
<i>Wang et al., (2010)</i>	<i>Local tourism participation</i>	<i>China</i>
<i>Hung Lee, T. (2013)</i>	<i>Project for sustainable tourism development</i>	<i>Taiwan</i>
<i>Fortunato (2013)</i>	<i>Project for solidary tourism in Vale do Jequitinhonha</i>	<i>Brasil</i>
<i>Iorio & Wall (2012)</i>	<i>Project locals' participation in tourism development.</i>	<i>Itália</i>

<i>Coriolano, Luzia Neide et al (2009)</i>	<i>Projeto de economia Solidária do Conjunto Palmeira em Fortaleza.</i>	<i>Brasil</i>
<i>Sampaio, Carlos Cioce.(2004)</i>	<i>Complexo Cooperativo de Mondragón</i>	<i>Espanha</i>
<i>Singer, Paul (2002)</i>	<i>Grameen Bank</i>	<i>Bangladesh</i>

Fonte: CORIOLANO, L. N. e TAVARES, J. M.

Observa-se, portanto, práticas bem sucedidas de atividades turísticas, com características mais populares, voltadas ao desenvolvimento social e a maior distribuição da riqueza. Elas podem aparecer com nomes variados: “turismo comunitário”, “turismo de base local”, experiência de “economia solidária”, “turismo alternativo”, “turismo solidário” entre outras denominações. Mas o importante dos experimentos é vislumbrar possibilidades de aprendizagem, de comunicação e inclusão de pessoas e comunidades em ações positivas que o turismo pode dinamizar.

Há, contudo, discussão permanente sobre as contradições inerentes às atividades capitalistas que se estendem às atividades turísticas, ou seja, na geração de renda e oportunidades de trabalho, fazendo emergir problemas socioambientais (degradação das praias, especulação imobiliária, desmonte de dunas, poluição de recursos hídricos, aterros de lagoas e mangues, descaracterização cultural e exploração sexual de menores, desmantelamento das atividades tradicionais e de subsistência da população local), revelando a face predadora enquanto atividade capitalista.

A concentração espacial dos equipamentos turísticos e, por consequência de investimentos públicos, acentua desigualdades socioespaciais de processo histórico, constituindo problemas mais visíveis nas áreas urbanas, especialmente nas metrópoles nordestinas. São fatos vistos por muitos como fatores de exclusão social que não são negados, mas também não se generalizam, pois há outros modos de exploração do turismo não tão agressivos e, de certo modo, inclusivos positivamente.

Conclusões

A discussão apresentada nesse artigo contribui para mostrar que a economia solidária pode proporcionar novo modo de estabelecer relações, as mais diversas, na produção, no consumo, na autoestima das pessoas e no espaço urbano. Tais relações são visíveis por meio da organização da malha urbana, a formação de novas redes, construção de fixos e estabelecimento de fluxos com potencial de autogestão, no lugar.

A prática do desenvolvimento humano (Max Neef, 1994) se sustenta na satisfação das necessidades humana, na autoindependência das pessoas, na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e tecnologia e interação da sociedade civil com o estado. E o desenvolvimento do turismo é potencialmente portador de benefícios para os municípios brasileiros de atração turística, resultado da criação de empregos diretos e indiretos e da ampliação dos circuitos de renda. Pode-se ver crescer as receitas tributárias e maior volume de recursos transferidos para municipalidade ou mesmo pelos investimentos realizados pela iniciativa provida. O turismo pode estimular iniciativas de reconhecimento de preservação e divulgação de patrimônios históricos, artísticos, culturais e ambientais com evidentes impactos positivos sobre a qualidade de vida dos residentes.

Além disso, permite também argumentar que a economia solidária se sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes da independência dos indivíduos, na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza, com a tecnologia, para se integrar nos processos globais respeitando valores e comportamentos locais.

A limitação do artigo em não remeter a exemplos empíricos foi proposital, por desejar apresentar apenas a referência teórica, mas os autores têm variados exemplos de empresários ligados ao trade turístico que tem desenvolvido ações de responsabilidade social e tomado medidas para a promoção do turismo e de negócios que tem contribuído para o desenvolvimento humano da população onde as empresas turísticas se alocam, com indicação de empresas que tem realizado parcerias inteligentes com grupos periféricos e comunidades.

O artigo abre novas possibilidades de pesquisa não apenas para suprir a limitação supracitada como também identificar, por meio da análise de diversas experiências de economia solidária no turismo, quais são os fatores comuns ao sucesso e ao fracasso presentes nessas experiências – questão importante para o entendimento da temática.

Referências

- ARIZPE, L. (2004). *As dimensões culturais da transformação global: uma abordagem antropológica*. Brasília: UNESCO.
- ATELJEVIĆ, I. (2000). Circuits of tourism: stepping beyond the 'production/consumption' dichotomy. *Tourism Geographies*, 2(4), 369-388.
- BARBOSA, M. F. P., & GONTIJO, B. M. (2012). Perspectiva Libertária do Desenvolvimento e sua Relação com o Turismo em Capivari/Serro (MG). *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 123, 279-302.
- BLACKMAN, A., FOSTER, F., HYVONEN, T., JEWELL, B., KUILBOER, A., & MOSCARDO, G. (2004). Contributing to Successful Tourism Development in Peripheral Regions. *Journal of Tourism Studies*, 15(1), 59-70.
- BOFF, L. *Saber Cuidar*. (1999) Ética do Homem – Compaixão da Terra. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, P. (1979) *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris, Les éditions de minuit.
- BROHMAN, John (1996). New directions in tourism for Third World development. *Annals of Tourism Research*, 23(1), 48-70.
- BUZEK, J., & SURDEJ, A. (2012). Paradigm lost, paradigm rediscovered?: Prospects for the development of solidarity-oriented economy in post-communist Poland", *International Journal of Sociology and Social Policy*, 32(1/2), 56-69.
- COHEN Robin, KENNEDY Paul M. 2000. *Global de Sociologia*. Robin editora New York
- CORIOLOANO, Luzia Neide et al . (2009) *Arranjos produtivos Locais do Turismo Comunitário. Atores e Cenários em Mudança*. Fortaleza, EdUECE.
- DANTAS, A. V. S., Macedo, R. F., Medeiros, V. C. F. A., & Costa, F. C. (2010). Economia solidária e turismo: um estudo comparativo nos municípios de Natal/RN e Recife/PE. *Caderno Virtual de Turismo*, 10(2), 65-78.
- DACHEUX, E., & GOUJON, D. (2012). The solidarity economy: an alternative development strategy? *International Social Science Journal*, 62, 203-204.
- DEERY, M., Jago, L., & Fredline, L. (2012). Rethinking social impacts of tourism research: A new research agenda. *Tourism Management*, 33(1), 64-73.

- DOWBOR, L. **A Reprodução Social**. Proposta para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DANTAS, A. V. S., MACEDO, R. F., MEDEIROS, V. C. F. A., & COSTA, F. C. (2010). Economia solidária e turismo: um estudo comparativo nos municípios de Natal/RN e Recife/PE. *Caderno Virtual de Turismo*, 10(2), 65-78.
- DEERY, M., JAGO, L., & FREDLINE, L. (2012). Rethinking social impacts of tourism research: A new research agenda. *Tourism Management*, 33(1), 64-73.
- FORTUNATO, R. A. (2013). Meetings in the field of solidarity tourism of Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil) *Turismo & Sociedade*, 6(1), 104-123.
- FOUCAULT, M. (1979) Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Ed e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GAIGER, L.I. et al. (1998) *A Solidariedade como alternativa econômica para os pobres*. Contexto e Educação, n. 50.
- GARD MCGEHEE, N., SEUNGWOO, L., O'BANNON, T., & PERDUE, R. (2012). Tourism-related Social Capital and Its Relationship with Other Forms of Capital: An Exploratory Study . *Journal of Travel Research*, 49(4), 486-500.
- GRAMSCI, Antônio. (2012) *Poder, política e partido*. SADER, Emir (org.). São Paulo: Expressão Popular.
- GUTBERLET, J. (2009). Solidarity economy and recycling co-ops in São Paulo: micro-credit to alleviate poverty. *Development in Practice*, 19(6), 737-751.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. (2006). More than an “industry” The forgotten power of tourism as a social force. *Tourism Management*, 27, 1192–1208.
- HIGGINS-DESBIOLLES, F. (2011) Resisting the hegemony of the market: Reclaiming the social capacities of tourism. In S. McCabe, L. Minnaert and A. Diekmann (Eds). *Social tourism in Europe: theory and practice*. Bristol, UK: Channel View, UK.
- HUNG LEE, T. (2013). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. *Tourism Management*, 34, 37-46.
- IORIO, M., & WALL, G. (2012). Behind the masks: Tourism and community in Sardinia. *Tourism Management*, 33(6), 1440-1449.

LAVILLE, J-L., & FRANÇA FILHO, G. C. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: UFGM.

LEIPER, N. (1995). *Tourism Management*. Collingwood, VIC: TAFE Publications.

LEMAÎTRE1, A., & BERT HELMSING, A. H. J. (2012). Solidarity economy in Brazil: movement, discourse, and practice analysis through a polanyian understanding of the economy. *Journal of International Development*, 24(6), 745–762.

LLEWELLYN WATSON, G., & KOPACHEVSKY, J.P (1994). Interpretations of tourism as commodity. *Annals of Tourism Research*, 21(3), 643-660.

MARQUES, J. (2009). *Para além da filantropia: contributos do Turismo Solidário para o Desenvolvimento Comunitário*. Dissertação (Mestre em Economia Social e Solidária). Departamento de Economia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

MAX NEEF, M.A. (1994) *Desarrollo a escala humana*. Barcelona: Icaria Editorial.

MCCABE, S., & JOHNSON, S. (2013). The happiness factor in tourism: subjective well-being and social tourism. *Annals of Tourism Research*, 41, 42-65.

NUÑEZ, O. (1998) Os Caminhos da Revolução e a Economia Solidária. *Revista Proposta*. n. 75. Dez/ fev. de 1997/1998, disponível em: <www.alternex.com.br>: 23 junho 2013.

ROCHA PITTA, D. P. (2005) *Ritmos do Imaginário*. Recife: Editora da UFPE.

SAMPAIO, C. A. C. (2004) *Desenvolvimento Sustentável e Turismo*. Blumenau: EdiFURB.

SCHEYVENS, Regina, & MOMSEN, Janet (2008). Tourism and poverty reduction: issues for Small Island States”, in *Tourism Geographies*, 10(1), 22-41.

SILVA, J. P., JESUS, P., & FONSECA, J. M. (2011). Turismo, economia solidária e inclusão social em Porto de Galinhas, PE. *Caderno Virtual de Turismo*, 11(3), 325-340.

SINGER, Paul. (2002) *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

STECK, B., Wood, K., & Bishop, J. (2010). Tourism More Value for Zanzibar: Value Chain Analysis: Final Report, February. Zanzibar: VSO, SNV and ZATI.

SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável, Meio Ambiente e Economia*. São Paulo: Aleph, 2000.

TURNER Martin Ash . The Best of Wishbone Ash: 1975. [www. Wishboneash.co.uk](http://www.Wishboneash.co.uk)

UNWTO. (2013). *Tourism Highlights 2013 Edition*.

VAINER, C. (2000) Controle político dos miseráveis ou utopia experimental? In: *Unitrabalho*. N.10 Ano 3. Janeiro.

WANG, H., YANG, Z., CHEN, L., YANG, J., & LI, R. (2010). Minority community participation. In: *Tourism: A case of Kanas Tuva villages in Xinjiang, China. Tourism Management*, 31(6), 759-764.

WEARING, S.L. (2001) 'Volunteer Tourism: Challenging Consumerism in Tourism', *Environmental Awareness*, 24(3), 99-106.

WOOD, STECK B, K., & BISHOP, J. (2010). Tourism More Value for Zanzibar: Value Chain Analysis: Final Report, February. Zanzibar: VSO, SNV and ZATI.

WU, L., ZHANG, J., & CHIKARAISHI, M. (2013). Representing the influence of multiple social interactions on monthly tourism participation behavior. *Tourism Management*, 36, June, 480-489.

ZAOAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo, Cortez, 2008.